

# O ENUNCIADO NO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO DE MICHEL FOUCAULT

## THE STATEMENT IN THE ARCHEOLOGICAL THINKING OF MICHEL FOUCAULT

*Tiago Brentam Perencini*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende especificar o enunciado no pensamento arqueológico de Michel Foucault. Enfocarei a obra *A arqueologia do saber* (1969) porque nela se clarifica tanto a noção de *saber* (*savoir*), como as especificidades de uma arqueologia enquanto procedimento de pesquisa que escapa as tradicionais formas de epistemologia e de história. O enunciado será o conceito fundamental para pensar a arqueologia como procedimento filosófico de pesquisa, posto que fundamenta a formação discursiva a partir de arquivos. Parto da hipótese de que o enunciado permite à arqueologia não se direcionar como extensão da lógica ou da gramática. Em lugar de se identificar como proposição, frases ou *speech acts*, o enunciado é uma *função de existência* que as corta. Nesse sentido, estabelece relações distintas à maneira eminentemente científica. Articula-se (a) com outros domínios de objetos - *referencial*; (b) na relação com um sujeito - *função determinada, vazia e variável*; (c) outros enunciados - *domínios associados*; (d) para aparecer como *materialidade* possível de ser repetida. Espero que esse artigo possa contribuir para aqueles que se tem dedicado à análise do discurso no interior da obra de Michel Foucault como uma possibilidade filosófica de pesquisa, que cruza demais áreas do conhecimento, como a história e/ou as ciências.

**Palavras-chave:** Michel Foucault. Arqueologia. Enunciado. Saber. Análise do Discurso.

**Abstract:** This article aims to specify the statement in the archeological thinking of Michel Foucault. I will focus on the work *The Archaeology of Knowledge* (1969) because it is clarified both the concept of knowledge (*savoir*) and the specifics of an archeology as a research procedure that escapes the traditional forms of epistemology and history. The statement will be the key concept to conceive archeology as a philosophical research procedure, since it underlies the discursive formation extracted from files. My initial hypothesis is that the statement enables the archeology to not be directed as an extension of logic or grammar. Instead of being identified as a proposition, phrases or speech acts, the statement is a function of existence that eliminates such. It establishes different relations to more scientific ways. It is articulated (a) with other areas of objects - *reference*; (b) in relation to a subject - *specific function, empty and variable*; (c) other statements - *related areas*; (d) to appear as *materiality* can be repeated. I hope this article will help those who have been dedicated to discourse analysis in Michel Foucault's work as a philosophical possibility of research that interacts with other areas of knowledge such as history and / or the sciences.

**Keywords:** Michel Foucault. Archeology. Statement. Knowledge. Discourse analysis.

\* \* \*

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. E-mail: tiagaobp@yahoo.com.br

O pensamento arqueológico de Michel Foucault tem por objeto a análise do saber. O seu livro “procedimental” nomeia-se *A arqueologia do saber*<sup>2</sup> exatamente pelo “saber” exigir um itinerário próprio de investigação. Dedico-me, neste artigo, a especificar conceitual e procedimentalmente certa “teoria do enunciado” sem a qual uma arqueologia não se poderia efetivar. A ideia hipotética que percorrerei é a de que o enunciado permite que a arqueologia não se direcione como extensão de “ciências da linguagem”, como a lógica ou a gramática, mas adquira um caráter eminentemente filosófico.

O saber não se restringe à *disciplina*, à *ciência* ou ao *conhecimento*. A *disciplina*, segundo a interpretação que Castro (2009, p. 393) faz do conceito foucaultiano, é: “um conjunto de enunciados que se organizam a partir de modelos científicos (que tendem à coerência, estão institucionalizados, são ensinados como ciências), mas que não alcançaram ainda o estatuto de ciência”. Castro (2009) entende que o jogo de relações entre a hospitalização, a internação, os procedimentos de exclusão social, a jurisprudência, a moral burguesa e as normas do trabalho mudaram os modos de tratar os conceitos, terminologias e os modos de demonstração na medicina. Isso possibilitou o nascimento da psiquiatria enquanto disciplina no século XIX. Ainda na interpretação desse autor (2009, p. 393), o surgimento da psiquiatria acarreta também uma mudança “nos textos que pretendem ter um estatuto científico, mas também nos textos jurídicos, nas expressões literárias, nas reflexões filosóficas, nas decisões políticas, nas opiniões, etc.”.

Houve, desse modo, a organização da psiquiatria como modelo científico, mas que não se poderia considerar ainda uma ciência. Entretanto, o objetivo de Foucault em analisar o nascimento da psiquiatria na modernidade não se restringe à narração factual da origem e desenvolvimento dessa disciplina. Machado (2009, p. 158) evidencia:

O papel privilegiado que o homem ocupa nos *saberes* da modernidade, pelo estudo dos nascimentos do humanismo terapêutico

---

<sup>2</sup> Nesta obra, Foucault especifica o procedimento de análise do discurso e da história, empregado em suas pesquisas anteriores: *História da loucura* (1961), *Nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966). Muito embora estes escritos tomem por objeto a loucura, suas transformações com a clínica médica e o levante das chamadas ciências humanas, destacam, principalmente, um diferente procedimento de analisar a verdade experimentada no (e pelo) homem historicamente. Ainda que um livro com o fim de precisar melhor as categorias da análise arqueológica já havia sido prometido no prefácio de *As palavras e as coisas*, *A arqueologia do saber* tem origem a partir de dois textos escritos em 1968, que foram respostas a questões formuladas por professores e alunos da *École Normale Supérieure* de Paris a Foucault. São eles *Resposta a uma questão* e *Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia*, que constam em *Ditos e Escritos II*.

psiquiátrico, da clínica como conhecimento do corpo doente individual, das ciências empíricas e da filosofia que instituem o homem como ser empírico e transcendental e, finalmente, das ciências humanas que o representam como interioridade psicológica ou exterioridade social.

O saber também não se restringe à *ciência*. Não é uma soma de critérios científicos em que se pode dizer sempre se um conhecimento é verdadeiro ou falso, exato ou não, aproximado ou definido, contraditório ou coerente. Disso decorre que uma arqueologia não se restringe a uma história da ciência, como narrativa cronológica do desenvolvimento de um saber, ou à epistemologia, na pretensão de firmar um conhecimento verdadeiro para o campo da investigação.

Tampouco o saber não é uma soma de *conhecimentos*. Isso porque, para Foucault (2008b, p. 111):

Destes [os conhecimentos] sempre se deve poder dizer se são verdadeiros ou falsos, exatos ou não, aproximativos ou definidos, contraditórios ou coerentes; nenhuma dessas distinções é pertinente para descrever o saber, que é o conjunto dos elementos (objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas) formados a partir de uma só e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária.

Uma análise arqueológica não se retém a esse registro de verdade e de falsidade, mas reconhece que o conhecimento não passa do resultado de certos jogos e forças, “do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é conhecimento” (FOUCAULT, 2002, p. 16)<sup>3</sup>.

A análise do saber não ocorre em termos de estrutura, de onde se pode verificar uma verdade e uma falsidade. O arqueólogo analisa um saber para identificar o que foi *dito verdadeiramente*<sup>4</sup> ao seu respeito. Esse lugar “diferente” para a verdade, com Michel Foucault, somente pode encontrar-se no discurso; isto é, no que os homens *pensaram, disseram e praticaram* dentro de um regime histórico. Acerca do discurso, não há verdadeiro e falso, mas um *dizer* verdadeiro, que pode ser definido com Paul

---

<sup>3</sup> Passagem consta na primeira conferência, reunida em *As verdades e as formas jurídicas* (1973).

<sup>4</sup> O analista do saber recorre ao discurso para efetivar o seu ofício. Acerca do discurso, não há verdadeiro e falso, mas um *dizer verdadeiro*, que pode ser definido com Paul Veyne (2011, p. 25) na seguinte passagem: “Os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um *dizer verdadeiro*, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e se fará sorrir um século mais tarde”.

Veyne (2011, p. 25) na seguinte passagem: “Os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um dizer verdadeiro, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e se fará sorrir um século mais tarde”.

Para Portocarrero (1994, p. 45), o deslocamento para o discurso é fundamental porque possibilita examinar determinadas práticas que não se configuram com *status* de ciência. Considera que a analítica do saber se encontra no “nível do discurso e das formulações teóricas, próprios do saber científico ou com pretensão à cientificidade”, mas não se restringe a eles. À medida que “o saber possui uma positividade e obedece a regras de aparecimento, organização e transformação” pode ser descrito no campo do discurso. Na expansão de seu limiar, ciência e poesia caracterizam-se como saber. Muito embora a poesia não tenha pretensão à cientificidade, existe nela uma prática discursiva e pode ser analisada. O ofício do arqueólogo é essa descrição.

Para fundamentar a descrição de uma prática discursiva, Foucault necessita expandir um conceito que também não se aloque entre o verdadeiro e o falso. Para isso, cria o que podemos alcunhar como “teoria do enunciado”. A arqueologia deve ser pensada como uma análise de discursos, que se compõe de um conjunto de enunciados. Nisso, retomo o objetivo desse artigo, que é pormenorizar o conceito de enunciado, fundamental para a construção de uma analítica arqueológica no pensamento de Foucault. Nesse sentido, oferece valorosas pistas para um modo de pensar que é interior à própria filosofia. Pormenorizarei os movimentos de pensamento acerca do “enunciado” na obra *A arqueologia do saber* a fim de mostrar o que digo.

## **1. Enunciado como função de existência**

O primeiro movimento a percorrer com Foucault é procurar por certa essência do enunciado. Para isso, o pensador francês (2008, p. 91) alardeia uma série de questões acerca da concepção de enunciado:

Se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizaram como frase, ou, ainda, à que os analistas tentam demarcar sob o título de *speech act*? Que lugar ocupa entre todas as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, mas cuja teoria, muito frequentemente, está longe de ser acabada, tão difíceis os

problemas que colocam, tão penoso, em muitos casos, delimitá-las de forma rigorosa?

Na busca por uma natureza própria do enunciado, Foucault (2008) deve livrar-se de determinadas estruturas da linguagem por estarem elas emantadas dentro de registros do verdadeiro e do falso. Referimo-nos as *preposições, frases e speech acts* (atos de fala). Analisamos essa argumentação à companhia do pensador francês.

*Enunciados não são proposições.* Por exemplo, “Ninguém ouviu” e “É verdade que ninguém ouviu” são uma mesma proposição do ponto de sua estrutura lógica, podem ser simbolizadas da mesma maneira, mas como enunciados não são equivalentes. No entender de Foucault (2008, p. 91): “não se podem encontrar em um mesmo lugar no plano do discurso, nem pertencer exatamente ao mesmo grupo de enunciados”.

Por exemplo, na linha inicial de um romance, a primeira proposição (“Ninguém ouviu”) indica uma constatação – quer seja feita pelo autor ou pelo personagem. Já “É verdade que ninguém ouviu”, encontrada na segunda linha do romance, representa um “jogo de enunciados que constitui um monólogo interior, uma discussão muda, uma contestação consigo mesmo, ou um fragmento de diálogo, um conjunto de questões e de respostas” (FOUCAULT, 2008, p. 91). Nos dois casos, trata-se de uma mesma estrutura proposicional, mas de caracteres enunciativos bastante distintos, portanto não podem ser analisados pela lógica, seus critérios são outros.

*Enunciados também não são frases.* Se é válida a afirmação de que “frases podem ser enunciados”, o mesmo não ocorre ao considerar que enunciados sejam frases. Isso porque existem enunciados que não correspondem a frase alguma. Pensando com Machado (2009, p. 150):

Um quadro classificatório das espécies botânicas, uma árvore genealógica são constituídos de enunciados, mas não de frases. As palavras *amo, amas, ama* escritas em uma gramática latina não formam uma frase embora seja o enunciado da conjugação de um verbo. A série de letras A, Z, E, R, T, em um manual de datilografia, não é uma frase, embora seja o enunciado de uma ordem alfabética adotada pelas máquinas francesas.

Desse modo, a arqueologia não se pode confundir com a análise gramatical propriamente dita.

Por fim, *Enunciados não são speech act* (atos de fala<sup>5</sup>). Ou seja, enunciados não podem ser confundidos com o ato da enunciação ou da linguagem. Não é possível individualizar os enunciados em meio ao *speech act*. Para haver um *speech act* completo, foi necessária a produção e a articulação de vários enunciados, cada um no lugar que lhe convém, e que não podemos isolar. Foucault (2008, p. 95) ainda discorre acerca da complexidade do enunciado na seguinte passagem:

Encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente também.

Portanto, o enunciado não se pode reter à pura análise lógica que analisa as proposições, nem à gramática que investiga as frases e tampouco à analítica dos atos da linguagem, quer sejam esses atos materiais ou representações psicológicas.

Não utilizo critérios desses tipos em uma análise arqueológica, posto que o enunciado não está no mesmo nível dessas demais unidades. Para que se possa falar de frase ou proposição é preciso que haja enunciado. A existência de um ato de fala completo precede a execução de vários enunciados. E, sobretudo, arqueologia de um saber, não se a pode restringir à história das ideias ou à epistemologia, posto que o próprio saber não se circunscreve à busca da origem de uma disciplina e/ou conhecimento, nem à ciência – como já afirmado acima.

Por outro lado, Foucault percebe um novo tipo de relação entre os domínios do enunciado e das frases, proposições ou atos de fala. Embora não seja uma unidade do mesmo gênero destas, o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem e para que se possa afirmar se a frase está correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem construída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado (FOUCAULT, 2008, p.98).

Frases, proposições e *speech acts* não estão constituídos do mesmo modo que o enunciado, mas são afetados por sua presença. O enunciado não é, portanto, uma

---

<sup>5</sup> Embora o tradutor de *A arqueologia* defina *speech act* como *ato ilocutório*, adotamos *atos de fala* como uma melhor adaptação para o português. O *speech act* compreende as diferentes manifestações da fala: ato material que consiste em falar (em voz alta ou baixa) e em escrever (à mão ou a máquina); à intenção do indivíduo que está falando (o fato de que quer convencer, que deseja ser obedecido, que procura descobrir a solução de um problema ou que deseja dar notícias).

estrutura como as demais. Contudo, ele cruza verticalmente um domínio de estruturas e de unidades possíveis e faz com que apareçam, com uma série de signos e conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Foucault (2008, p. 98, itálico nosso) concebe o enunciado como uma *função*:

Trata-se, antes, de uma *função que se exerce verticalmente*, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão presentes aí ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura [...] É uma *função de existência* que pertence, exclusivamente, aos signos, a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado em sua formulação (oral ou escrita).

É essa *função singular de existência* que trato agora de verificar. No canteiro do pensamento foucaultiano, coloco dois problemas para analisar: Qual é a condição de existência para que haja um enunciado? Ou, como ocorre a passagem de uma série de signos para esse modo singular de existência que é o enunciado?

Para responder tais questões, Foucault (2008) propõe uma investigação: Peguemos um primeiro grupo de série de signos, como o teclado de uma máquina de escrever, por exemplo. Basta que eu recopie os signos na mesma ordem para que se constituam um enunciado: enunciado das letras do alfabeto em uma ordem que facilite a impressão, enunciado de um grupo aleatório de letras. O que esse segundo grupo, constitutivo de enunciado, pode ter em relação ao primeiro, pura série de signos? A reduplicação copiada? A intervenção de um sujeito? Foucault (2008, p. 100) rechaça as duas, afirmando que:

Uma série de signos se tornará enunciado com a condição de que tenha com “outra coisa” (que lhe pode ser estranhamente semelhante, e quase idêntica como no exemplo escolhido) uma relação específica que se refira a ela mesma – e não à sua causa, nem a seus elementos.

Para considerar enunciado uma série de signos, é necessário, *primeiramente*, que ela tenha uma relação específica com “outra coisa”, que será o seu *correlato*<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Vale mencionar a passagem em que Foucault define correlato e, principalmente, o exemplifica amplamente. O que se pode definir como *correlato* do enunciado é um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas: por exemplo, um domínio de objetos materiais que possuem um certo número de propriedades físicas, contestáveis, relações de grandeza perceptível - ou, ao contrário, um domínio de objetos fictícios, dotados de propriedades

Correlatos são simplesmente “coisas”, “fatos”, “realidades” ou “seres”. Foucault (2008, p. 103) o define como *referencial*: “[é constituído] de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas”. Através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos. Faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 103).

A descrição entre o enunciado e o seu referencial não pode ser feita por uma análise lógica, nem por uma análise semântica ou sintática, tampouco por uma verificação científica ou psicológica. Isso porque todas essas disciplinas analisariam o enunciado do seu “exterior”, impondo-o categorizações e estruturas que não se encontram no próprio *nível enunciativo*, desprezando, assim, as relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação que só ele os faz aparecer.

Em *segundo lugar*, o enunciado se distingue de uma série qualquer de elementos linguísticos por que mantém com um *sujeito* relações determinadas que devemos discriminar. Quem é o sujeito do enunciado? Duas hipóteses são levantadas por Foucault: Seriam os elementos gramaticais de primeira pessoa que estão presentes no interior da frase? Não. Reduzir o sujeito do enunciado aos elementos gramaticais de primeira pessoa torna-se muito restrito, posto que um enunciado que não comporta primeira pessoa tem um sujeito, seja ele oculto, composto ou de outro modo.

Complementa Foucault (2008, p. 104): “Enfim e sobretudo, todos os enunciados que tem uma forma gramatical fixa (quer seja em primeira ou em segunda pessoa) não tem um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado”. Por exemplo, ainda que a forma gramatical do enunciado “Deitei-me cedo durante muito tempo” seja a mesma, a relação com o sujeito que o enuncia será completamente diferente no decorrer de uma conversa ou se o lemos na primeira linha do *Em busca do tempo perdido*, de Proust (FOUCAULT, 2008, p. 104).

---

arbitrárias (mesmo que elas tenham uma certa constância e uma certa coerência), sem instância de verificações experimentais ou perceptivas; um domínio de localizações especiais e geográficas, com coordenadas, distâncias, relações de vizinhança e de inclusão – ou, ao contrário, um domínio de dependências simbólicas e de parentescos secretos; um domínio de objetos que existem no mesmo instante e na mesma escala de tempo em que se formula o enunciado, ou um domínio de objetos que pertence a um presente inteiramente diferente – aquele que é indicado e constituído pelo próprio enunciado e não aquele a que o enunciado também pertence. (FOUCAULT, 2008, p. 103).

A segunda hipótese apresenta-se: Não seria o sujeito do enunciado, simplesmente, o indivíduo real que a articulou ou escreveu algo? Ou seja, o seu “autor”, ou “instância produtora”? É claro que não há signos sem alguém ou alguma coisa como elemento emissor, mas esse “autor” não é ainda o sujeito do enunciado. Em um romance, por exemplo, o autor da formulação é aquele cujo nome figura na capa do livro, mas, como lembra Foucault (2009, p. 105):

os enunciados do romance não tem o mesmo sujeito, conforme deem, como se fosse do exterior, os marcos históricos e espaciais da história contada, ou descrevam as coisas como as veria um indivíduo anônimo, invisível e neutro, magicamente misturado às figuras da ficção, ou ainda deem, como se fosse por decifração interior e imediata, a versão verbal do que, silenciosamente, experimenta um personagem.

É claro que não podemos concluir que o sujeito do enunciado seja completamente distinto (em natureza, *status*, função, identidade) do autor da formulação, mas cumpre dizer que ser autor da formulação não é condição para a existência do enunciado.

Foucault (2008, p. 107) acredita que o sujeito do enunciado pode exercer funções diferentes de um enunciado ao outro, o que o faz admitir como:

um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma.

Consideremos o exemplo de um tratado de matemática (FOUCAULT, 2008, p.105-106) para ilustrar a *função determinada, vazia e variável do sujeito do enunciado*. Em seu prefácio, onde se explica as motivações e circunstâncias para escrevê-lo, que problema pretende resolver e quais os métodos utilizados, a posição do sujeito só pode ser ocupada pelo autor ou autores da formulação. Já no corpo do tratado, se encontramos uma proposição “Duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si”, o sujeito do enunciado é a posição neutra, indiferente ao tempo e ao espaço. Por outro lado, frases do tipo “Já demonstramos que...” acarreta um certo número de operações efetivas que talvez não tenham sido feitas por um único e mesmo indivíduo,

em um mesmo espaço e tempo, mas que pertençam ao sujeito enunciante no momento da escrita.

Dado que o *sujeito do enunciado* é uma *função determinada, vazia e variável*, a condição para que uma proposição, frase ou até mesmo um conjunto de signos possam ser intitulados *enunciados* não se deve ao fato de que alguém, em dado tempo e espaço, os tenha proferido. Descrever o sujeito do enunciado *arqueologicamente*, à luz do pensamento foucaultiano, “não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2008, p. 108).

Há uma *terceira condição de existência* da função enunciativa: Ela não se pode exercer sem a existência de um *domínio associado*. Não lhe basta apenas um suporte material – superfície de inscrição, substância sonora, matéria moldável, incisão vazia de um traço – ou a pura construção de elementos e regras previamente estabelecidas, como se tem nas estruturas gramaticais<sup>7</sup> e lógicas. Não há enunciado que não suponha outro. Há relações entre enunciados, como esclarece Foucault (2008, p. 112):

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo.

Em particular, para existir enunciado é preciso relaciona-lo com todo um *campo adjacente*. O primeiro deles é o *espaço colateral*: um enunciado tem sempre *margens* povoadas de outros enunciados (FOUCAULT, 2008, p. 110).

Para compreendermos esse *espaço*, é necessário delimitar a noção de *margem* em relação ao *contexto* sobre dois aspectos: (A) Ela se distingue do que se entende por contexto, isto é, do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido. Com isso, Foucault pretende realçar que a situação real ou verbal de um contexto não estabelece uma relação causal de produção enunciativa. Dito de outro modo, não é porque um contexto está posto de maneira tal ou qual que a margem do enunciado será necessariamente moldável a partir dele.

(B) E o contexto e a margem modificam-se constantemente. Foucault (2008, p. 112) exemplifica: “a relação contextual não é a mesma entre uma frase e as que a

---

<sup>7</sup> Poderíamos citar como exemplos de estruturas gramaticais uma língua, o alfabeto, as regras sintáticas, semânticas e morfológicas de construção e de transformação de um sistema formal.

envolvem, caso se trate de um romance ou de um tratado de física; não será a mesma entre uma formulação e o meio objetivo, caso se trate de uma conversa ou de um relato de experiência”. Já as *margens* não são idênticas aos diferentes textos, às diferentes frases que o sujeito pode ter em mente quando fala, são mais extensas que o envolvimento psicológico e, de certa forma, o determinam.

O *campo enunciativo associado* forma uma trama complexa de outros elementos que devemos especificar: (1) De início, ele é constituído pela série de outras formulações que desenvolvem outro elemento. Por exemplo, de um jogo de réplicas (série de outras formulações) formamos uma conversa (outro elemento). De um encadeamento de premissas e conclusões (série de outras formulações) temos uma demonstração (elemento). Por fim, de uma sequência de afirmações (série de formulações) constituímos uma narração (elemento).

(2) Recorre ao conjunto de formulações, seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adapta-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas. Desse modo, o enunciado reatualiza outros enunciados, como os elementos descritivos que são reativados em uma narração ou as proposições dedutivas já admitidas que reatualizamos para demonstrar uma verificação científica.

(3) No campo enunciativo associado, o conjunto de formulações pode vir depois do enunciado como sua consequência, sua sequência natural ou a sua réplica. Por exemplo, o enunciado que pretende dar uma “ordem” não abre as mesmas possibilidades de formulações posteriores que o início de uma ficção científica. O segundo *campo associado* é mais amplo que o primeiro, portanto traz mais consequências e sequência natural de formulações enunciativas.

Finalmente, (4) o enunciado acarreta o *status* do conjunto de formulações disponíveis no *campo associado*. Lembra Foucault (2008, p. 111) que “um enunciado não é dissociável do *status* que lhe pode ser atribuído como ‘literatura’, ou como propósito irrelevante, próprio para ser esquecido, ou como verdade científica adquirida para sempre, ou como discurso profético, etc.”. A partir desse *status*, o enunciado pode ser apagado, transformado, valorizado, conservado, sacralizado e até oferecido como objeto possível a discursos futuros.

Em relação ao *campo associado*, uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular (FOUCAULT, 2008, p. 111). A descrição arqueológica, em meio à

multiplicidade e acúmulo do campo associado, é aquela que identifica, ordena e relaciona os enunciados que participam do *jogo enunciativo*.

Finalmente, temos uma *quarta condição* para que uma sequência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como um enunciado. A *existência material* que o constitui. Para Foucault, certamente não poderíamos descrever o enunciado “se uma voz não o tivesse enunciado, se uma superfície não registrasse seus signos, se ele não tivesse tomado corpo em um elemento sensível e se não tivesse deixado marca – apenas alguns instantes - em uma memória e um espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 113). Foucault pretende afirmar, com isso, que o enunciado não é uma pura forma, figura ideal e silenciosa, mas precisa de uma materialidade (uma substância, um suporte, uma data e um lugar) para ocorrer.

A materialidade desempenha, antes, a função de *identidade* do enunciado. À medida que os seus vários níveis – como substância, suporte, lugar, data - se modificam, a própria identidade enunciativa também se altera. O conjunto de níveis provoca várias questões sobre o enunciado e a sua materialidade:

Uma mesma frase repetida em voz alta e em voz baixa forma um único enunciado ou vários? Quando se decora um texto, cada recitação dá lugar a um enunciado ou deve-se considerar que o mesmo se repete? Uma frase fielmente traduzida para a língua estrangeira forma dois enunciados distintos ou apenas um? E em uma recitação coletiva - prece ou lição - devem-se contar quantos enunciados? como estabelecer a identidade do enunciado através dessas ocorrências múltiplas, dessas repetições, dessas transcrições? (FOUCAULT, 2008, p. 114).

A primeira tomada de posição para analisarmos os problemas antepostos é a distinção entre *enunciação* e *enunciado*.

Haverá *enunciação* cada vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma de suas emissões tem a sua individualidade espaço-temporal: Se duas pessoas dizem, ao mesmo tempo, a mesma coisa, haverá duas enunciações diferentes, dado que são dois “espaços” distintos. Se um único e mesmo sujeito repetir várias vezes a mesma frase, haverá uma nova enunciação cada vez que a repetição houver, posto que ocorrem propagações em tempos diferentes. Foucault (2008, p. 114) entende que a individualidade espaço-temporal implica um novo modo de entender a enunciação, como “um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir”.. Mesmo as formas indefinidamente repetíveis são sujeitas às

enunciações mais dispersas no tempo-espaço. Diferente é o *enunciado*. Ele pode ser repetido apesar de sua materialidade. Uma mesma frase, pronunciada por duas pessoas em circunstâncias distintas constitui apenas um enunciado.

Qual é, portanto, essa *materialidade repetível* que caracteriza o enunciado? Foucault elabora um conjunto de características a fim de compreender a sua natureza. Começamos pela negativa, citando a seguinte passagem de *A arqueologia*: “Não é uma materialidade sensível, qualitativa, apresentada sob a forma de cor, de som ou da solidez e esquadrihada pela mesma demarcação espaço-temporal que o espaço perceptivo” (FOUCAULT, 2008, p. 115). Nas edições sucessivas de um livro, por exemplo, encontraremos o mesmo jogo de enunciados, embora sejam os seus caracteres, a sua tinta e o seu papel distinto. A localização do texto e a posição dos signos são os mesmos, mas toda a materialidade sensível mudou (FOUCAULT, 2008, p. 115).

A primeira característica positiva que pode definir a identidade do enunciado é a sua *variabilidade de acordo com instituições materiais*. Uma instituição material não se define, no entendimento de Foucault (2008, p. 115): “pelo espaço ocupado ou pela data de formulação, mas por um *status* de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas codificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão”. Pensemos novamente no arquétipo do “livro”. As suas sucessivas publicações incorrem em materialidades diversas no tempo e espaço (nova tinta, papel, caracteres), mas o *status* de coisa e objeto em serem todas essas publicações o mesmo “livro” (instituição material) provocam uma instância de repetição sem mudança de identidade.

Pensemos em outro exemplo: o de um enunciado manuscrito em uma folha de papel ou publicado em um livro. Ainda se o mesmo fosse pronunciado oralmente ou reproduzido por um gravador, embora com enunciações diferentes, seria o mesmo enunciado. Mas à medida que alguém o pronuncia na vida cotidiana, atribuindo-o ao personagem do manuscrito ou ao autor que o escreveu, há uma mudança de identidade, portanto, de instituição e de enunciado. Em resumo, a *instituição material* define possibilidades de reinscrição e de transcrição, mas também de limiares e limites do enunciado.

Há também um segundo conjunto de condições e limites que restringem a identidade do enunciado. Foucault o identifica como “os que lhe são impostos pelo conjunto de outros enunciados no meio dos quais figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplica-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar” (FOUCAULT, 2008, p. 116). A afirmação de que a terra é redonda ou de que as espécies evoluem

constituíram enunciados diferentes antes e depois de Copérnico ou Darwin. A partir das descobertas desses, seguindo a interpretação foucaultiana, “o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo de experiência, de verificações possíveis, de problemas a serem resolvidos, o qual podemos remetê-los” (FOUCAULT, 2008, p. 116).

Em face do que foi dito sobre a *materialidade do enunciado*, Foucault (2008, p. 118) caracteriza a função enunciativa da seguinte forma: “Enquanto uma enunciação pode ser *recomeçada* ou *reevocada*, enquanto uma forma (linguística ou lógica) pode ser *reatualizada*, o enunciado tem a particularidade de poder ser *repetido*: mas sempre em condições estritas”. Por essa condição de *materialidade repetível*, o enunciado aparece como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem (FOUCAULT, 2008, p. 118). A análise arqueológica é aquela que procura descrever os *campos de utilização* (constância, manutenção e desdobramentos de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações) e os *campos de estabilização* (esquemas de utilização, as regras de emprego e suas estratégias) a que se dispõe o enunciado.

## **2. Apontamentos finais**

Ambicionei mostrar, neste artigo, a especificação da “teoria do enunciado” de um ponto de vista arqueológico. Ele não se restringe a estruturas de frases, proposições, atos de fala ou a representações psicológicas. Trata-se de uma função que se exerce verticalmente sobre as unidades estruturais anteriormente citadas, fazendo-as aparecer no tempo e no espaço com conteúdos significativos. São quatro as condições de existência dessa função: (a) que exerça a relação com outros domínios de objetos - *referencial*; (b) que estabeleça a relação com um sujeito - *função determinada, vazia e variável*; (c) que se relacione com outros enunciados - *domínios associados* e; (d) que apareça como objeto, isto é, como *materialidade* possível de ser repetida.

Pelo enunciado não ser uma estrutura como as demais - proposições, frases, atos de fala, etc.- ele cruza verticalmente esse domínio de estruturas. Não está no mesmo nível dessas unidades, mas o seu conjugado pode firmar condições de existência para elas. Não há valor de verdade no enunciado. Ele não obedece à certeza e a falsidade,

como as frases e as preposições, mas se articula entre elas, conferindo-lhes condições de existência.

Do enunciado somente se pode descrever que conjuntos formam, se desfazem, se cruzam, se excluem (relações – quase – infinitas). Ele é próprio da potência<sup>8</sup> e esta não é medida pela certeza. Em troca, articula possibilidades para analisar como a certeza pode existir em um tempo e um espaço definido. Em suma, um enunciado não pode ser reduzido nem aos *objetos-correlatos*<sup>9</sup>, tampouco aos *sujeitos-enunciação-autor* que o produziram; como *função*, cruza verticalmente as *palavras* e as *coisas* sem se reduzir a elas.

A teoria do enunciado será fundamental para Foucault definir, posteriormente, discurso como conceito e prática discursiva como procedimento arqueológicos. Nesse sentido, espero que esse artigo tenha contribuído para localizar, no interior da obra *A arqueologia do saber*, as especificidades do enunciado como conceito e, em certa medida, como *estratégia* de análise de arquivos. Procurar enunciados em arquivos para compreender quando e como constituem formações discursivas será o ofício do arqueólogo.

## Referências

AGAMBEN, G. *Bartleby*. São Paulo: Assírio & Alvim, 2007.

---

<sup>8</sup> Entendo que esse termo pode soar controverso ou até mal empregado nessa passagem. Mas o faço propositalmente. Evoco Giorgio Agamben, que parece compreender a tarefa arqueológica como uma *escritura da potência*, ou um agregado de forças. Primeiro, traço o seguinte fragmento, que me permite afirmar esse propósito: “Toda a potência de ser ou de fazer qualquer coisa é, de facto, para Aristóteles, sempre também *potência de não ser ou de não fazer* (dynamis mê einai, mê energên»), sem a qual a potência passaria já sempre ao acto e se confundiria com ele (segundo a tese dos Megáricos que Aristóteles refuta explicitamente no livro Theta da Metafísica). Esta «potência de não» é o segredo cardeal da doutrina aristotélica sobre a potência, que faz de toda a potência, por si mesma, uma impotência” (2007, p. 11). Agamben parece firmar que, para Aristóteles, a possibilidade de atualização passa pelo *não* ato e, melhor, não se atualizar e nisso, uma impotência. Evidentemente que eu necessitaria de outros elementos para aproximar o enunciado dessa “potência de não”, mas quero afirmar que o enunciado, à medida que cruza verticalmente os valores de verdade, também se insere como uma potência de *não fazer*, ou de fazer de outro modo. E nisso, não oblitera o ato ao pensamento, mas reforça também uma atitude. Enquanto as disciplinas tais como a história das ideias, a epistemologia, a lógica, etc. parecem firmar a *vontade de verdade*, uma arqueologia exalta a *vontade de potência*, no seu propósito de analisar em que medida os saberes podem ou não se efetivar. O enunciado é a chave para que todo esse funcionamento coloque-se à prova. Conferir Castro (2012).

<sup>9</sup> Correlatos são simplesmente “coisas”, “fatos”, “realidades” ou “seres”. Foucault o define como *referencial*: “[é constituído] de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (2008, p. 103). A descrição entre o enunciado e o seu referencial não pode ser feita por uma análise lógica, nem por uma análise semântica ou sintática, tampouco por uma verificação científica ou psicológica. Isso porque todas essas disciplinas analisariam o enunciado do seu “exterior”, impondo-lhe categorizações e estruturas que não se encontram no próprio *nível enunciativo*, desprezando, assim, as relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação que só ele faz aparecer.

- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber*. Org. e seleção de textos. Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Org. e seleção de textos. Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- MACHADO, R. A arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas. *Revista Discurso*. São Paulo, v. 5, n. 5, p.8 –p.18, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Foucault, a ciência e o saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- PORTOCARRERO, V. (Org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.
- VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.